

**RENOVA ENERGIA S.A.**  
**("Companhia")**  
CNPJ/MF nº 08.534.605/0001-74  
NIRE: 29.300.027.880

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL-EXTRAORDINÁRIA ("AGE") REALIZADA EM  
10 DE SETEMBRO DE 2007.**

- I. **DIA, HORA E LOCAL.** Assembleia realizada às 12h30 (doze horas e trinta minutos) do dia 10 de setembro de 2007, na sede social da Companhia, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Tancredo Neves, 1632, sala 612 a 614, Torre Sul, Edifício Salvador Trade Center, Caminho das Árvores.
- II. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA.** Compareceram a AGE acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças, tendo sido dispensada a publicação dos avisos de convocação, na forma do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404.
- III. **MESA**  
Presidente: RICARDO LOPES DELNERI  
Secretário: RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO.



**IV. ORDEM DO DIA:**

1. Deliberar acerca da aquisição de 832.535 (oitocentos e trinta e duas mil e quinhentas e trinta e cinco) ações preferenciais da empresa Enerbras Centrais Elétricas S.A., detidas pelos acionistas Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura Ltda., Hidráulica Industrial S.A. Indústria e Comércio, Sociedade de Engenharia e Montagens Industriais Ltda. e Intertechne Consultores Associados Ltda., mediante pagamento em moeda corrente nacional.
2. Autorizar a assinatura dos instrumentos necessários para a constituição das garantias previstas no aditivo à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures da Enerbras Centrais Elétricas S.A., empresa da qual é acionista, especialmente o Contrato de Penhor de Ações, pelo qual a Companhia oferece como penhor a totalidade das ações da Enerbras, de sua titularidade.

**V. DELIBERAÇÕES ADOTADAS POR VOTAÇÃO UNÂNIME:**

1. Foi aprovada pelos acionistas a aquisição de 832.535 (oitocentos e trinta e duas mil e quinhentas e trinta e cinco) ações preferenciais por Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura Ltda., Hidráulica Industrial S.A. Indústria e Comércio, Sociedade de Engenharia e Montagens Industriais Ltda. e Intertechne Consultores Associados Ltda., de emissão da empresa Enerbras Centrais Elétricas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.287.373/0001-46, NIRE 29.202.869.053, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, nº 3.343, Edifício Cempre, Torre B, Sala 307, Bairro Pituba, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, mediante pagamento em moeda corrente a vista, no importe de R\$8.325,35 (oito mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), passando a Enerbras a ser subsidiária integral da Companhia, na forma do art. 251 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
2. Tendo em vista a aprovação acima, ficam os diretores autorizados a assinar todos os documentos necessários para a formalização da operação, inclusive a assinatura no Livro de Registro de Ações Nominativas da Enerbras Centrais Elétricas S.A..
3. Foi aprovado, por unanimidade, a autorização para assinatura dos documentos necessários para a constituição das garantias previstas no aditivo à Escritura da Primeira Emissão de Debêntures da Enerbras Centrais Elétricas, quais sejam, Contrato de Custódia, Administração e Cessão Fiduciária de Conta e Contrato de Penhor de Ações.


4. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia e lavrada a presente ata em folhas soltas, a serem oportunamente transcritas no livro próprio da Companhia.
- VI. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai no fim assinada por todos os acionistas presentes. Salvador (BA), 10 de setembro de 2007.

*[Handwritten signature]*

RICARDO LOPES DELNERI

*[Handwritten signature]*

RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO

 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA  
CERTIFICO O REGISTRO EM 27/09/2007 SOB Nº 96783465  
Protocolo: 07/228987-2, DE 26/09/2007

Empresa: 29 3 0002788 0  
RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO

*[Handwritten signature]*

FRANCISCO JOSE O GUEDES CHAGAS  
SECRETARIO-GERAL



**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA DENOMINADA**  
**RENOVA ENERGIA S/A.**

NIRE: 29.300.027.880

CNPJ/MF nº: 08.534.605/0001-74

**CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**ARTIGO 1º** - Sob a denominação de **RENOVA ENERGIA S/A**, opera a pessoa jurídica de direito privado, sob forma de sociedade anônima de capital fechado, que se regerá pelas estipulações constantes deste Estatuto e pelas disposições legais que forem aplicáveis.

**ARTIGO 2º** - A companhia tem sede social estabelecida na Avenida Tancredô Neves, nº 1.632, Edifício Salvador Trade Center, Torre Sul, Salas 612 a 614, Bairro Caminho das Árvores, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 41820-020., podendo instalar e manter filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do território nacional.

**ARTIGO 3º** - A companhia tem como objetos sociais os seguintes:

- a) Geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
- b) Produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis.
- c) Prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental.
- d) Participação no capital social de outras sociedades, mesmo que de outros fins sociais.

**ARTIGO 4º** - O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

**CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL**

**ARTIGO 5º** - O capital social é no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Não sendo reconhecido mais de um proprietário para cada ação.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação dará direito a um voto nas decisões das Assembléias Gerais, respeitadas as disposições legais.

**Parágrafo Segundo** – O capital social é e está sendo integralizado da seguinte forma: o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), foi integralizado em moeda corrente do País, quando da constituição desta sociedade, conforme depósito realizado no Banco do Brasil S/A, Agência 2967 (Rua da Holanda, Avenida



Estados Unidos, nº 2951), da praça de Salvador – Bahia, sendo integralizado o valor de R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais) pelo acionista **RICARDO LOPES DELNERI**, e o valor de R\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta reais) pelo acionista **RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO**; e o restante, ou seja, o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), os acionistas comprometeram-se a integralizar, no percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) pelo acionista **RICARDO LOPES DELNERI**, e o percentual de 35% (trinta e cinco por cento) pelo acionista **RENATO DO AMARAL FIGUEIREDO**, no prazo de até 12 (doze) meses, contados a partir do arquivamento dos atos constitutivos desta companhia na Junta Comercial do Estado da Bahia.

**Parágrafo Terceiro** - A Assembléia Geral poderá autorizar a emissão de partes beneficiárias, sem valor nominal, não conversíveis em ações, com prazo de duração de 10 (dez) anos, sem direito a resgate, as quais serão atribuídas a acionistas ou terceiros, como remuneração de serviços prestados à Companhia, ou como pagamento por operações de interesse da Companhia, conferindo aos beneficiários o direito de participar de até 0,1 (um décimo) dos lucros, conforme estabelecido pela Assembléia Geral.

**Parágrafo Quarto** - As partes beneficiárias poderão ser negociadas por seus titulares com terceiros, mediante prévia aprovação, por escrito, da administração da Companhia, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação que informar os termos da oferta de compra do terceiro adquirente. Em caso de recusa à pessoa do terceiro adquirente, a Companhia deverá adquirir as partes beneficiárias pelo mesmo preço e nas mesmas condições de prazo e forma de pagamento oferecidos pelo terceiro adquirente."

**ARTIGO 6º** - As ações serão indivisíveis em relação à sociedade.


**ARTIGO 7º** - O aumento ou redução do capital social, bem como a emissão de outras espécies ou classes de ações e de obrigações compete à Assembléia Geral, nos termos da Legislação aplicável. Os acionistas preexistentes terão assegurado o direito de preferência, na forma da lei.

**ARTIGO 8º** - As ações poderão ser representadas por títulos múltiplos ou cautelas que provisoriamente as substituam, satisfeitos os requisitos legais.

### **CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**ARTIGO 9º** - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembléia Geral, com direito à reeleição e com mandato de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** - Os diretores eleitos ficam dispensados de prestar caução.






**Parágrafo Segundo** – Os honorários e demais vantagens dos membros da Diretoria serão fixados pela Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro** – A Diretoria reunir-se-á por convocação de qualquer dos diretores, sempre que necessário, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos diretores presentes.

**Parágrafo Quarto** – O quorum mínimo para deliberações é de 02 (dois) diretores.

**Parágrafo Quinto** – É facultado aos diretores prestarem em nome da sociedade, fiança, aval ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros e em negócios estranhos aos interesses sociais.

**ARTIGO 10º** - Compete à Diretoria:

- a) Administrar, gerir e superintender os negócios da sociedade, visando à execução dos seus objetivos;
  - b) Zelar pela observância da Lei, do Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais, nas Assembléias do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
  - c) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas;
  - d) Movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, ordens de pagamento, contrato, comprar e vender móveis ou imóveis, receber valores e dar quitação;
  - e) Comparecer e exercer o direito de voto pela companhia, nas assembléias gerais de outras sociedades, das quais a companhia é ou venha a ser cotista ou acionista;
  - f) Constituir procuradores em nome da sociedade, especificando no instrumento de mandato, os poderes outorgados e prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses, exceto quando se tratar de procuração outorgada com poderes "ad judícia";
  - g) Administração e orientação dos negócios sociais, inclusive podendo comprar, vender, permutar ou sob qualquer outra maneira dispor dos bens da sociedade, mediante os termos, preços e condições que reputar convenientes;
  - h) Assinatura de quaisquer documentos, mesmo quando importem em responsabilidades ou deveres da sociedade, inclusive escrituras, contratos, títulos de dívidas, notas promissórias, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros;
- 



i) Aquisição, alienação e oneração de direitos ou interesses sobre bens de capital ou bens imóveis, mesmo quando resultantes de contrato de locação, arrendamento ou outros;

j) Contratação ou renovação de contratos de créditos e empréstimos por qualquer período;

k) Instauração de processos legais, inclusive aqueles de natureza urgente.

**Parágrafo Primeiro** - Aos diretores é lícito praticar os seguintes atos de gestão, isoladamente:

a) Administrar, gerir e superintender os negócios da sociedade, visando à execução dos seus objetivos;

b) Zelar pela observância da Lei, do Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembléias Gerais, nas Assembléias do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;

c) Representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante quaisquer terceiros, inclusive repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas;

d) Admitir e demitir empregados;

e) Promover os meios necessários ao regular funcionamento da sociedade;

f) A coordenação de serviços e comercialização;

g) Guarda e conservação da documentação jurídica, fiscal e contábil da companhia;

h) Instauração de processos legais, inclusive aqueles de natureza urgente.

**Parágrafo Segundo** - Os diretores, exclusivamente em conjunto de dois, poderão praticar os seguintes atos:

a) Criar obrigações e responsabilidade para a sociedade;

b) Celebrar contratos e ajustes de qualquer natureza, mesmo quando importem em alienação e oneração de bens inscritos no ativo imobilizado da sociedade;

c) Alienar ou onerar bens e valores de quaisquer espécies;

d) Movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, ordens de pagamento, contrato, comprar e vender móveis ou imóveis, receber valores e dar quitação;





e) Comparecer e exercer o direito de voto pela companhia, nas assembleias gerais de outras sociedades, das quais a companhia é ou venha a ser cotista ou acionista;

f) Constituir procuradores em nome da sociedade, especificando no instrumento de mandato, os poderes outorgados e prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses, exceto quando se tratar de procuração outorgada com poderes "ad judicia";

g) Comprar, vender, permutar ou sob qualquer outra maneira dispor dos bens da sociedade, mediante os termos, preços e condições que reputarem convenientes;

h) Assinatura de documentos quando estes importem em responsabilidades ou deveres da sociedade, inclusive escrituras, contratos, títulos de dívidas, notas promissórias, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros;

i) Aquisição, alienação e oneração de direitos ou interesses sobre bens de capital ou bens imóveis, mesmo quando resultantes de contrato de locação, arrendamento ou outros;

j) Contratação ou renovação de contratos de créditos e empréstimos por qualquer período.

**ARTIGO 11º** - No caso de vagar um cargo de diretor, as suas funções serão exercidas pelos demais, até a primeira Assembleia Geral que se realizar, a qual elegerá o novo diretor, exercendo este as funções do aludido cargo até o final do prazo que restava ao substituído.

**ARTIGO 12º** - Ao final de seus mandatos os diretores permanecerão em suas funções até que os novos diretores tomem posse.

#### **CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 13º** - O Conselho Fiscal que não terá caráter permanente será composto de três membros efetivos e de outros tantos suplentes, observados os requisitos e impedimentos legais, o qual exercerá as atribuições e terá os poderes que a Lei lhe confere.

**ARTIGO 14º** - Os membros do Conselho Fiscal, quando no exercício de suas funções, perceberão os proventos que lhe forem fixados pela Assembleia Geral.

**ARTIGO 15º** - Em caso de vaga ou impedimento dos membros efetivos do Conselho Fiscal, a Diretoria convocará os respectivos suplentes.

**ARTIGO 16º** - O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido de acionistas, em Assembleia Geral, na forma prevista no § 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, quando proceder-se-á a eleição dos seus



membros, que exercerão as suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo vir a ser reeleitos, se renovado o pedido de instalação.

## **CAPÍTULO V – ASSEMBLÉIA GERAL**

**ARTIGO 17º** - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social, e extraordinariamente sempre que assunto do interesse social o exija.

**ARTIGO 18º** - As Assembleias Gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias, serão convocadas e realizadas pela forma estabelecida em Lei, presidida por qualquer diretor, o qual convidará um dos acionistas presentes para, como secretário, completar a constituição da mesa dirigente dos trabalhos.

**ARTIGO 19º** - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em Lei.

**ARTIGO 20º** - Os acionistas poderão ser representados por procuradores, que sejam acionistas e não sejam membros da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

**ARTIGO 21º** - Além das demais hipóteses previstas em Lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar a respeito das seguintes matérias:

- a) Alteração do Estatuto Social da Sociedade.
- b) Aumento ou redução do capital social.
- c) Declaração de dividendos.
- d) Emissão de obrigações ou debêntures, ambas conversíveis em ações.
- e) Aprovação prévia de compra, venda e oneração de bens imóveis de qualquer valor.
- f) Dissolução da Sociedade.

## **CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL**

**ARTIGO 22º** - Os exercícios sociais encerram-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, ocasião em que se procederá o levantamento do balanço geral da sociedade, segundo a prescrições legais.

**ARTIGO 23º** - Do lucro líquido verificado, após dedução das amortizações e depreciações usuais, será descontada a percentagem de 5% (cinco por cento) para a constituição do fundo de reserva legal, até alcançar vinte por



cento do capital da sociedade. O saldo remanesce à disposição da Assembléia Geral, que fixará o dividendo a ser distribuído, mediante proposta da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, se este for eleito e empossado.

**ARTIGO 24º** - Os dividendos poderão ser distribuídos, a critério da Diretoria, em duas prestações, dentro, porém, do exercício em que for aprovado o balanço geral, pela Assembléia Geral.

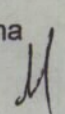
**ARTIGO 25º** - Os dividendos não vencerão juros e se não reclamados após 05 (cinco) anos, prescreverão em benefício da sociedade.

#### **CAPÍTULO VII – DIREITOS, DEVERES, INFRAÇÕES E SANÇÕES SOCIAIS.**

**ARTIGO 26º** - Os acionistas possuem os seguintes direitos:

- a) Alienar, respeitando as restrições sociais, as ações que possuem na sociedade.
- b) Participar dos lucros líquidos da sociedade, segundo dispuser o Estatuto Social e depois de aprovados em Assembléia.
- c) Votar e ser votado para os cargos administrativos, respeitando as restrições legais, valendo cada ação um voto.
- d) Divergir ou concordar das deliberações sociais, fazendo consignar em ata as razões de suas divergências.
- e) Exercer o direito de preferência na subscrição de ações, no caso de aumento do capital social, ressaltando as condições deste Estatuto.
- f) Retirar-se da sociedade, obtendo a restituição da quantia correspondente e proporcional ao seu capital, efetivamente integralizado, na forma e condições previstas neste Estatuto.

**ARTIGO 27º** - Constituem deveres e obrigações dos acionistas:

- a) Contribuírem para o fundo social com integralização do capital social que subscrevem, na forma e modo estipulados.
  - b) Aceitar cargos de administração quando assim determinado pelos os interesses sociais.
  - c) Demonstrar espírito comunitário, permutando informações, trocando impressões, defendendo e honrando o nome da empresa, conjugando esforços para o fim comum.
  - d) Indenizar a empresa por qualquer ato que por dolo ou culpa tenha resultado em prejuízo para a mesma.
- 



e) Nomear procuradores "ad judicium" e "ad negotia", quando no exercício de administração, respeitadas as estipulações sociais.

**ARTIGO 28º** - Configuram-se como infrações do Estatuto Social, toda transgressão direta e indiretamente, aos deveres sociais, tais como:

- a) Abuso, prevaricação ou incontinência de conduta.
- b) Infração ou falta do cumprimento dos deveres sociais ou contemplados na Lei.
- c) Fuga ou ausência prolongada, sem motivo justificado, quando investido no cargo de diretor ou conselheiro.
- d) Decretação de falência, concordata, insolvência ou sujeição a tudo que possa refletir negativamente na sociedade.
- e) Falta ou atraso de contribuição para os fundos sociais no tempo e forma convencionados.
- f) Transferência de ações a terceiros sem respeito às prescrições sociais.
- g) Não acatamento das deliberações sociais.
- h) Recusar-se a substituir administrador, no caso de ausência ou impedimento do mesmo.


**ARTIGO 29º** - Conforme a gravidade da infração, o acionista está sujeito às sanções diversas, aplicáveis pela Assembléia Geral, que decidirá com votos que representem 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, depois de expostas as infrações e ouvidas as explicações do infrator.

**Parágrafo Único** - As sanções podem constituir em multa, pagamento de eventuais débitos de qualquer natureza, com ou sem juros ou correção monetária, estipulações de indenização arbitrada pela Assembléia, suspensão de distribuição de lucros, declaração de nulidade de atos, destituição de cargos de administração, exclusão do quadro social, suspensão provisória dos direitos de acionistas, conforme a gravidade da infração a critério da Assembléia Geral.

## **CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 30º** - Aos casos omissos aplicar-se-ão os dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76.

**ARTIGO 31º** - Os acionistas e os diretores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob





os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**ARTIGO 32º** - A companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o Liquidante, bem como os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

11

